



TERMO DE REFERÊNCIA

CÂMARA MUNICIPAL DE CALDAS NOVAS

Processo Administrativo n.º 2026001028

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 3584/2026

A Câmara Municipal de Caldas Novas, inscrita no CNPJ nº 01.073.089/0001-89, localizada na Av. Tiradentes sn, Bairro Itanhangá I, CEP: 75.680-350, na cidade de Caldas Novas - GO, através do Agente de Contratação Vinícius Henrique Costa, torna público que realizará Processo de Dispensa de Licitação, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM** nos termos Artigo nº 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, conforme critérios definidos neste Aviso de Dispensa de Licitação, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários estabelecidos a seguir:

Data para recebimento de propostas: 22/10/2026 a 27/10/2026

Endereço eletrônico para envio das propostas e documentação:

compras@camaradecaldas.go.gov.br

- No “assunto” do e-mail referente à proposta enviada pela empresa deverá constar o número da dispensa de licitação. Caso não seja informado, a proposta será desclassificada.

Compõem este Termo de Referência além das condições específicas, o seguinte documento:

ANEXO I – MODELO - PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO II – MODELO - DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

1. DO OBJETO:

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção corretiva e preventiva em fonte luminosa, incluindo o fornecimento de materiais, além dos processos de desmontagem e montagem de equipamentos.





1.2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS, QUANTIDADES E UNIDADES DE SERVIÇOS:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO PRODUTO/SERVIÇOS	DO	VALOR MÉDIO TOTAL
01	01	Serviço de manutenção do motor da bomba água da fonte luminosa, incluindo o fornecimento de todos os materiais necessários para sua execução, conforme especificado abaixo: • Rebobinamento do motor trifásico 15 cv • Troca de 01 Rolamento DDU/ZZ/C3 6309 e 01 Rolamento DDU/ZZ/C3 6207 • Troca de 01 Ventilador 132 – II P WEG - Serviço de desmontagem e montagem do motor.		2.283,80

1.3. ESPECIFICAÇÕES/ DISCRIMINAÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção corretiva e preventiva em fonte luminosa, incluindo o fornecimento de materiais necessários, além dos processos de desmontagem e montagem de equipamentos.

1.4. DA FORMA DE EXECUÇÃO SOB DEMANDA

1.4.1. O objeto será executado de forma única, conforme a necessidade da Câmara Municipal de Caldas Novas, mediante solicitações formais da Administração.

1.4.2. Os quantitativos indicados neste Termo de Referência constituem **estimativa máxima para a contratação**, não representando obrigação da Contratante de adquirir, requisitar ou utilizar a totalidade dos quantitativos estimados.

1.4.3. A Contratada somente realizará o fornecimento ou executará os serviços mediante solicitação formal da Contratante, por meio de autorização de entrega/fornecimento, ordem de serviço ou instrumento equivalente, conforme o caso.

1.4.4. O pagamento será devido exclusivamente pelos bens efetivamente fornecidos ou serviços efetivamente executados, regularmente solicitados, recebidos e atestados pela Administração.

1.4.5. A não utilização integral dos quantitativos estimados, em razão da ausência ou redução da necessidade administrativa, **não caracterizará inadimplemento contratual, supressão contratual ou fato gerador de indenização, compensação ou pagamento em favor da**



Contratada, ficando assegurado o pagamento apenas dos quantitativos efetivamente solicitados e executados.

1.5. O objeto da presente contratação compreende o fornecimento de bens e/ou a prestação de serviços, conforme especificado no item 1 deste Termo de Referência, sendo a contratação realizada por dispensa de licitação, em razão do valor, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

1.6. Cabe à licitante, avisar por escrito, dentro do prazo de envio de propostas do aviso da dispensa de licitação, após verificação das especificações discriminadas, todos os possíveis erros, incoerências ou divergências que possam ser levantadas através destas especificações, para que se tomem as devidas providências, correções se for o caso, não aceitando posteriormente qualquer alegação de desconhecimento, incompreensão e dúvidas que possam provocar empecilhos ou gerar atrasos na realização dos serviços/entrega dos objetos, arcando a empresa com quaisquer ônus decorrentes deste fato.

1.7. As propostas que apresentarem valores significativamente inferiores ao preço estimado da contratação poderão ser submetidas à diligência, quando necessário, para verificação de sua exequibilidade. Quando o valor ofertado suscitar dúvida quanto à viabilidade de execução do objeto, a Administração poderá solicitar ao fornecedor a apresentação de informações, documentos e justificativas aptos a demonstrar a exequibilidade da proposta, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, ou em outro prazo razoável fixado pela Administração. A desclassificação somente ocorrerá quando, após a análise das informações apresentadas e eventual diligência, restar demonstrada a inexecuibilidade da proposta.

1.8. Quando couber, serão desclassificadas as propostas que não contiverem as informações exigidas no instrumento convocatório para identificação e especificação do objeto ofertado, tais como marca, modelo, fabricante, referência ou outras características necessárias à sua perfeita identificação;

1.9. Quaisquer bens/serviços que se façam necessários à perfeita execução do objeto, ainda que não estejam expressamente mencionados ou descritos neste Termo de Referência, são de responsabilidade da contratada, sem ônus adicional para a contratante;

1.10. Todas as comunicações formais entre a Câmara Municipal de Caldas Novas e os interessados serão realizadas exclusivamente por meio do endereço eletrônico **compras@camaradecaldas.go.gov.br**.

1.10.1. Consideram-se válidas e eficazes todas as notificações enviadas para os endereços de e-mail informados pelos interessados, independentemente de confirmação de leitura ou de eventuais falhas na recepção, como redirecionamento para caixa de spam, filtros automáticos ou problemas técnicos do destinatário;





1.10.2. O envio do e-mail pela Câmara Municipal será suficiente para comprovar a ciência do destinatário, não sendo admitidas alegações de desconhecimento ou de não recebimento como excludentes de responsabilidade.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO/JUSTIFICATIVA:

A presente contratação é fundamental para restabelecer e garantir o funcionamento da fonte luminosa da Câmara Municipal de Caldas Novas – GO. Atualmente, o motor da bomba hidráulica apresenta desgaste natural pelo tempo de uso, necessitando urgentemente de serviços de rebobinamento elétrico, além da troca de 2 (dois) rolamentos e de 1 (um) ventilador de refrigeração. Sem essa manutenção corretiva, o motor corre o risco de queimar definitivamente, o que causaria a paralisação total da fonte, acúmulo de água parada (risco à saúde pública) e a deterioração do patrimônio.

2.2. A realização dos serviços de desmontagem, substituição de peças gastas e montagem do motor evita o desperdício de energia elétrica provocado pelo esforço excessivo de componentes velhos. A troca dos rolamentos diminui o atrito e o ruído, enquanto o novo ventilador impede o superaquecimento do equipamento. Essa ação preventiva e corretiva prolonga a vida útil do motor, gerando economia para a Câmara ao evitar gastos futuros muito maiores com a compra de um motor totalmente novo ou com reparos de emergência.

2.3. Esta iniciativa foca na conservação adequada dos bens da Câmara Municipal. Manter a fonte e o seu motor em perfeito estado operacional garante a segurança das instalações elétricas e hidráulicas e preserva a estética do espaço institucional. Trata-se de uma aplicação responsável dos recursos públicos, focada em cuidar do que já existe para que servidores, parlamentares e os cidadãos de Caldas Novas encontrem um ambiente bem cuidado e funcional.

2.4. Ressalta-se que a presente demanda é formalizada em estrita consonância com a solicitação expressa da Administração Pública, refletindo o interesse institucional em otimizar os canais de diálogo com a municipalidade e atender às diretrizes de governança e planejamento estratégico dessa Casa Legislativa.

3. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO:

3.1. A empresa a ser contratada deverá atender às condições de apresentação de propostas exigidas no processo de dispensa de licitação, tais como **envio de proposta de acordo com o prazo e modelo estabelecido no Anexo I deste Termo de Referência;**

3.2. Somente serão consideradas propostas válidas aquelas que apresentarem no mínimo os seguintes itens: nome completo da empresa, nº do CNPJ, endereço do estabelecimento, quadro





descritivo constando o detalhamento do item, a marca do produto, quando for o caso, o valor unitário, o valor total e nome do responsável pela elaboração da proposta.

3.3 A empresa participante do processo de dispensa de licitação disporá de prazo de 24 horas para efetuar a retificação da proposta enviada ao Departamento de Compras e Licitações, caso seja solicitado via e-mail, para a correção de dados incompletos ou incompreensíveis;

3.4. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente: Empresa/instituição ou pessoa física que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.5. A empresa a ser contratada deverá atender as condições de habilitação a serem exigidas na no processo de dispensa de licitação, tais como as condições mínimas de regularidade fiscal, social e trabalhista e técnica, tudo nos termos mínimos previstos no Capítulo VI da Lei Federal no 14.133/21, observando o princípio da proporcionalidade em relação ao objeto contratado.

3.6. A(s) empresa(s) ou instituição(ões) interessada(s) no fornecimento de bens/serviços acima relacionados deverá(ão) apresentar os documentos para fins de habilitação, conforme item 4.2.2., e demais documentos exigidos pela administração, para posterior contratação.

3.7. Executar o objeto contratado em conformidade com as especificações, condições, prazos e locais estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos, apresentando a respectiva nota fiscal e demais documentos exigidos para o recebimento, contendo as informações pertinentes à contratação, tais como marca, fabricante, modelo, procedência, prazo de garantia, validade ou outras aplicáveis à natureza do objeto.

3.8. Responsabilizar-se pelos vícios, defeitos, incorreções e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por aqueles causados à Contratante ou a terceiros, na forma da legislação aplicável.

3.9. Corrigir, reparar, refazer, substituir ou complementar, às suas expensas e no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto que apresentar vícios, defeitos, incorreções ou estiver em desacordo com as especificações estabelecidas.

3.11. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.12. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

3.13. A vigência da contratação será aquela definida no presente Termo de Referência, podendo ser formalizada mediante contrato ou outro instrumento hábil, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.





3.14. Poderá ser solicitada a declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o fornecimento.

3.16. Sustentabilidade

3.16.1. Na execução do objeto, deverão ser observados, sempre que aplicáveis, os princípios e critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica previstos na legislação vigente, em especial na Lei nº 14.133/2021 e na Lei nº 12.305/2010, priorizando-se, quando técnica e economicamente viável, a utilização de materiais reciclados, recicláveis, reutilizáveis ou de menor impacto ambiental.

3.16.2. Além dos requisitos específicos de sustentabilidade eventualmente previstos na descrição do objeto, a Contratada deverá adotar, sempre que cabível, práticas que promovam o uso eficiente de recursos naturais, a redução da geração de resíduos, a destinação ambientalmente adequada dos resíduos produzidos, a utilização de insumos de origem ambientalmente regular e a observância da legislação ambiental aplicável.

3.17. Marcas/Modelo

3.17.1. Não se aplica

3.18. Subcontratação

3.18.1. Não será admitida a subcontratação do objeto principal da contratação.

3.18.2. Excepcionalmente, poderá ser admitida a subcontratação de parcelas acessórias ou secundárias da execução contratual, desde que previamente autorizada pela Administração, desde que não implique transferência da responsabilidade pela execução do objeto e atenda ao disposto no art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

3.18.3. A contratada permanecerá integralmente responsável pela execução do contrato perante a Administração, respondendo pela atuação de eventuais subcontratados.

3.19. Garantia da Contratação

3.19.1. Não será exigida garantia contratual para a presente contratação.

4. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. A empresa a ser contratada será selecionada por meio de procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, adotando-se como critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme as condições estabelecidas no Aviso de Contratação e demais documentos que integram o procedimento.

4.2. Quando o procedimento de contratação direta resultar deserto ou fracassado, poderá ser utilizada, para fins de contratação, proposta obtida na pesquisa de preços que subsidiou a estimativa do valor da contratação, privilegiando-se, sempre que possível, o menor preço, desde que o respectivo fornecedor atenda às condições de habilitação e demais requisitos exigidos para a contratação.





4.3. DA HABILITAÇÃO

4.3.1. As exigências de habilitação serão compatíveis com a natureza e a complexidade do objeto, observadas as disposições dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

4.3.2. Habilitação Jurídica

4.3.2.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

4.3.2.2. No caso de sociedade empresária, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, acompanhado dos documentos comprobatórios da eleição ou designação de seus atuais administradores, quando for o caso.

4.3.2.3. No caso de sociedade simples, ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhado dos documentos comprobatórios da eleição ou designação de seus atuais administradores, quando for o caso.

4.3.2.4. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.3.2.5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

4.3.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

4.3.3.1. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

4.3.3.2. Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União.

4.3.3.3. Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, quando aplicável.

4.3.3.4. Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, quando aplicável.

4.3.3.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.

4.3.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, nos termos do art. 68, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

4.3.4. Demais Documentos de Habilitação





4.3.4.1. Declaração de que não possui fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das consultas aos cadastros e sistemas oficiais disponíveis.

4.3.4.2. Comprovação do enquadramento na condição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, quando for o caso.

4.3.4.3. Declaração de pleno conhecimento e aceitação das condições estabelecidas no Aviso de Contratação Direta e demais documentos que integram o procedimento, bem como de cumprimento do disposto no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

4.3.5. Qualificação Técnica

4.3.5.1. Poderá ser exigida a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços ou o fornecimento de bens pertinentes e compatíveis, em características e complexidade, com o objeto da contratação.

4.3.5.2. Quando necessário à comprovação da autenticidade e veracidade das informações constantes do(s) atestado(s), a Administração poderá realizar diligências e solicitar documentos complementares, tais como contrato, nota fiscal ou outros documentos capazes de comprovar a efetiva execução do objeto.

4.3.5.3. A documentação de habilitação será exigida do fornecedor cuja proposta seja classificada em primeiro lugar, após o encerramento da fase de recebimento e julgamento das propostas, observado o disposto no Aviso de Contratação Direta.

4.3.5.4. O fornecedor classificado em primeiro lugar deverá apresentar a documentação de habilitação no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, contado do envio da solicitação encaminhada pela Câmara Municipal, **exclusivamente por e-mail**, salvo prazo diverso expressamente estabelecido no Aviso de Contratação Direta.

4.3.5.5. Caso o fornecedor classificado em primeiro lugar não apresente a documentação exigida, apresente documentação irregular ou não atenda aos requisitos de habilitação, será convocado o fornecedor subsequente, observada a ordem de classificação, para que, após verificada sua proposta e habilitação, seja formalizada a contratação, se atendidos os requisitos legais.

4.4. DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

4.4.1. A Câmara Municipal receberá propostas de preços de fornecedores do ramo, conforme as condições, prazo e forma estabelecidos no Aviso de Contratação, por meio do endereço eletrônico oficial indicado no respectivo Aviso.

4.4.2. As propostas deverão ser apresentadas conforme o modelo disponibilizado pela Administração, quando houver, contendo todas as informações necessárias à identificação do





fornecedor, descrição do objeto, preços unitários e totais, quando aplicáveis, e demais condições exigidas no Aviso de Contratação.

4.4.3. Será considerada vencedora a proposta que apresentar o **menor preço**, desde que atendidas integralmente as especificações do objeto e as demais condições estabelecidas no procedimento.

4.5. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

4.5.1. A documentação de habilitação será solicitada ao fornecedor classificado em primeiro lugar após o encerramento da fase de recebimento e julgamento das propostas.

4.5.2. A documentação poderá ser encaminhada por meio eletrônico, para o endereço indicado pela Administração, ou apresentada por outro meio admitido no Aviso de Contratação.

4.5.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos ou dispensados, no todo ou em parte, por outros meios idôneos capazes de comprovar o atendimento aos requisitos exigidos, inclusive por meio eletrônico, na forma do § 1º do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

4.6. DO SANEAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

4.6.1. Eventuais falhas, omissões ou irregularidades meramente formais nos documentos de habilitação poderão ser objeto de diligência pela Administração, desde que o saneamento seja admitido pela legislação aplicável e não implique alteração substancial da documentação ou criação de condição de habilitação que não existisse anteriormente.

4.6.2. A Administração poderá realizar diligências para esclarecer ou complementar informações relativas aos documentos apresentados, inclusive mediante consultas a sistemas oficiais e aos sítios eletrônicos dos órgãos emissores de certidões.

4.6.3. Os atos de diligência e eventual saneamento deverão ser devidamente registrados nos autos do procedimento.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1. As despesas com a execução do contrato oriundo do presente Termo de Referência serão cobertas pela dotação vigente no orçamento de 2026, conforme dotações abaixo: **CÂMARA MUNICIPAL – 04.0101.01.031.7007.2600.339039 - – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA**

6. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO:

6.1. A execução do objeto ocorrerá conforme a necessidade da Câmara Municipal de Caldas Novas, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, mediante solicitação





formal da Administração, por meio de autorização de fornecimento, ordem de serviço, requisição ou instrumento equivalente, conforme a natureza do objeto.

6.1.1. A Contratada somente poderá realizar o fornecimento ou iniciar a execução dos serviços após o recebimento da respectiva solicitação formal da Administração, observados os prazos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

6.1.2. As solicitações serão realizadas de acordo com a necessidade da Contratante, observados os quantitativos e valores contratados.

7. DA VIGÊNCIA

7.1. Doze (12) meses a partir da assinatura do contrato ou da emissão da Nota de Empenho, quando esta for o substitutivo do contrato;

7.2. Caso haja formalização de contrato e o objeto seja caracterizado como serviço ou fornecimento contínuo, a contratação poderá ser prorrogada sucessivamente, por interesse da Administração, desde que demonstrada a permanência da necessidade administrativa, mantida a vantajosidade da contratação, haja disponibilidade orçamentária e sejam observados os demais requisitos e limites estabelecidos nos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

8. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

8.1. O objeto será recebido na forma prevista no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, observadas as seguintes etapas:

8.1.1. Provisoriamente, para efeito de verificação da conformidade do objeto com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, na proposta da Contratada e no instrumento contratual, quando cabível.

8.1.2. Definitivamente, após a verificação da conformidade do objeto e o cumprimento de todas as condições contratuais, mediante ateste do fiscal ou gestor do contrato, no prazo de até **02 (dois) dias úteis**, salvo prazo diverso devidamente justificado em razão da complexidade do objeto.

8.1.3. Na hipótese de a verificação prevista no subitem anterior não ser realizada dentro do prazo estabelecido, o recebimento definitivo será formalizado mediante ateste do responsável pelo recebimento ou fiscalização, após verificada a conformidade do objeto com as condições estabelecidas na contratação.

8.2. O fornecimento ou execução do serviço deverá ser realizado no prazo máximo de 10 dias úteis, contado do envio da respectiva autorização de fornecimento, ordem de serviço, requisição ou instrumento equivalente emitido pela Contratante.

8.2.1. Os bens e/ou serviços poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, caso estejam em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e na





proposta apresentada, devendo ser substituídos, às expensas da contratada, no prazo de até 3 (**três**) **dias úteis** contados da notificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pela qualidade do objeto executado, permanecendo responsável por vícios, defeitos, incorreções ou falhas constatadas durante a vigência contratual ou dentro dos prazos legais e contratuais aplicáveis.

8.4. Quando a natureza do objeto exigir, a Contratada deverá prestar garantia, suporte técnico, assistência, manutenção ou demais obrigações previstas neste Termo de Referência, durante o prazo estabelecido na contratação.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1. A Contratada obriga-se a:

9.1.1. Fornecer os bens e/ou executar os serviços objeto da contratação em estrita conformidade com as especificações, condições, quantidades, prazos e demais requisitos estabelecidos neste Termo de Referência, no contrato e demais documentos integrantes da contratação, nos locais e condições indicados pela Administração, acompanhados da respectiva Nota Fiscal ou documento fiscal correspondente, quando cabível.

9.1.2. Responsabilizar-se pela qualidade, adequação, segurança e conformidade dos bens fornecidos e/ou dos serviços executados, bem como pelos vícios, defeitos, falhas ou danos decorrentes da execução do objeto, nos termos da legislação aplicável e das condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.

9.1.3. Comunicar à Administração, imediatamente ou, quando houver prazo estabelecido para determinada obrigação, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, a ocorrência de fatos supervenientes, fortuitos ou de força maior que possam comprometer ou impossibilitar o cumprimento das obrigações assumidas, apresentando a devida justificativa e os documentos comprobatórios, quando cabíveis.

9.1.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como cumprir as demais exigências previstas na legislação aplicável.

9.1.5. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas no contrato, nem subcontratar o objeto, salvo quando expressamente admitido e autorizado pela Contratante, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência ou no contrato e observada a legislação aplicável.

9.1.6. Responsabilizar-se integralmente por todas as despesas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos, mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas e demais custos diretos e indiretos necessários ao fiel e integral cumprimento das obrigações contratuais.





9.1.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os bens ou serviços que apresentarem vícios, defeitos, falhas, incorreções ou desconformidades com as especificações estabelecidas na contratação, no prazo fixado pela Administração, sem prejuízo das demais responsabilidades previstas na legislação e no contrato.

9.1.8. Atender prontamente às solicitações da Administração relacionadas à execução do objeto, prestando os esclarecimentos e fornecendo as informações e documentos necessários ao acompanhamento e à fiscalização da contratação.

9.1.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento exercido pela Contratante.

9.1.10. Cumprir as normas técnicas, de segurança, ambientais, trabalhistas e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à execução do objeto, quando cabíveis.

9.1.11. Designar, quando necessário, representante responsável pelo acompanhamento da execução contratual, mantendo comunicação adequada com a Administração para tratar das questões relacionadas ao cumprimento das obrigações assumidas.

9.1.12. Cumprir integralmente os prazos estabelecidos para fornecimento dos bens e/ou execução dos serviços, comunicando previamente à Administração qualquer circunstância que possa comprometer o seu cumprimento.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.1. A Contratante obriga-se a:

10.1.1. Fornecer à Contratada todas as informações, documentos e esclarecimentos necessários à adequada execução do objeto contratual;

10.1.2. Receber o objeto, provisória e definitivamente, quando cabível, verificando sua conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual;

10.1.3. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução contratual, por meio de servidor formalmente designado, comunicando à Contratadas eventuais irregularidades para que sejam sanadas;

10.1.4. Notificar formalmente a Contratada acerca de quaisquer falhas, irregularidades ou descumprimento das obrigações contratuais, fixando prazo para adoção das medidas corretivas, quando cabível;

10.1.5. Disponibilizar, quando necessário, as condições indispensáveis para que a Contratada execute regularmente o objeto contratado;

10.1.6. Efetuar o pagamento à Contratada na forma e nos prazos estabelecidos, desde que cumpridas as condições previstas neste Termo de Referência e no instrumento contratual;





10.1.7. Aplicar, quando cabível, as sanções administrativas previstas na legislação e no instrumento contratual, assegurados o contraditório e a ampla de

11. MEDIDAS ACAUTELADORAS:

11.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

12. DO PAGAMENTO:

12.1. Os pagamentos serão efetuados através de depósito em Conta Corrente, ou boleto bancário de titularidade da CONTRATADA obedecida as seguintes condições:

a. Os pagamentos serão efetuados em até 20 (vinte) dias, contados da liquidação da despesa, observado o prazo máximo de 30 (trinta) dias previsto na lei nº 14.133/2021, mediante apresentação da nota fiscal ou fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato e demais documentos exigidos.

b. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA, e seu vencimento ocorrerá **05 (cinco)** dias após a data de sua apresentação válida.

12.2. Para fins de pagamento, a Contratada deverá manter a regularidade fiscal, trabalhista e, quando exigível, previdenciária durante toda a execução contratual, podendo a Administração verificar essa condição por meio de consulta aos sistemas oficiais ou exigir a apresentação das respectivas certidões válidas, quando necessário.

12.2.1. A Contratante poderá descontar dos pagamentos devidos à Contratada os valores correspondentes a multas, ressarcimentos, indenizações ou quaisquer outros débitos decorrentes da execução do contrato, observados o contraditório, a ampla defesa, quando exigíveis, e a legislação aplicável.

12.3. Poderá a CONTRATANTE sustar o pagamento de qualquer nota fiscal, nos seguintes casos:

- a) Incoerência no fornecimento do objeto deste Contrato, de responsabilidade da CONTRATADA;**
- b) Realização do objeto em desacordo com as condições estabelecidas neste Contrato;**
- c) Erros, omissões ou vícios nas notas fiscais.**

12.4. Da liquidação:

12.4.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

12.4.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do





documento, tais como:

12.4.3. O prazo de validade;

12.4.4. A data da emissão;

12.4.5. Os dados do contrato e do órgão contratante;

12.4.6. O período respectivo de execução do contrato;

12.4.7. O valor a pagar; e

12.4.8. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.4.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

12.4.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.4.11. A Administração deverá realizar consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas para contratação.

12.4.12. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

12.4.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

12.4.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

13. RECEBIMENTOS DA NOTA DE EMPENHO:

13.1. A recusa injustificada da vencedora em assinar o contrato/ordem de serviço/fornecimento, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas, facultado à Administração chamar os remanescentes, obedecida à ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, devendo a Administração negociar o valor, procurando aproximá-lo daquele ofertado inicialmente, ou revogar esta licitação.

13.2. Na emissão da nota de empenho os documentos comprobatórios de situação regular fiscal e trabalhista, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com validade





expirada, a empresa deverá providenciar a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

13.3. O fornecedor deverá manter, durante toda a vigência do ajuste, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14. DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

14.1. Poderão ser celebrados contratos, discricionariamente, pela CAMARA MUNICIPAL de acordo com as condições previstas neste Termo de Referência.

14.2. O PROPONENTE VENCEDOR terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contado a partir da convocação, para assinar o Contrato ou anuir a ordem de serviço/fornecimento. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo PROPONENTE VENCEDOR durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo Agente de Contratação e sua equipe.

14.3. A recusa injustificada do proponente vencedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracterizará descumprimento da obrigação assumida, sujeitando-o às sanções administrativas cabíveis, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa nº 001/2025 da Câmara Municipal de Caldas Novas, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.3.1. A aplicação, a dosimetria, o procedimento para apuração da responsabilidade e a cobrança de eventual multa observarão as disposições da Lei nº 14.133/2021, da Instrução Normativa nº 001/2025 da Câmara Municipal de Caldas Novas e demais normas aplicáveis.

14.4. A assinatura do contrato/ordem estará condicionada à comprovação da regularidade e validade da documentação apresentada pelo PROPONENTE VENCEDOR, na data da assinatura.

14.5. As comunicações entre a Câmara Municipal de Caldas Novas e o interessado serão realizadas através do e-mail apresentado na Declaração de Pleno Atendimento e na proposta, sendo que considerar-se-ão recebidas todas as notificações encaminhadas por este meio.

15. CONTROLE DA EXECUÇÃO:

15.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, e de tudo dará ciência à Administração;

15.1.1. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução;





15.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;

15.3. O fiscal de contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16. ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO:

16.1. No interesse da Câmara Municipal o valor inicial atualizado da contratação poderá ser aumentado ou suprimido até os limites previstos no art. 125 da Lei 14.133/21.

16.1.1. A não solicitação ou a não utilização integral dos quantitativos estimados neste Termo de Referência, em razão da ausência de necessidade administrativa, não caracterizará supressão contratual, não gerando à Contratada direito a indenização, compensação ou pagamento por quantitativos não solicitados.

16.2. A vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária.

16.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido na legislação.

16.4. Valor Estimado da Contratação:

16.4.1 O custo estimado da contratação é de **R\$ 2.283,80 (dois mil e duzentos e oitenta e três reais e oitenta centavos)**, obtido através de pesquisa de preços realizada no mercado local e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

17. REFERÊNCIA A INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTOS (ART. 12, INC. II DA NLLC)

17.1. A presente contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) da Câmara Municipal de Caldas Novas, em conformidade com o disposto no art. 12 da Lei nº 14.133/2021, estando alinhada ao planejamento estratégico e às necessidades institucionais da Administração.

17.2. Declara-se, ainda, que a contratação possui previsão orçamentária compatível com a Lei Orçamentária Anual vigente, existindo dotação suficiente para suportar as despesas decorrentes da futura contratação, observadas as condições e limites estabelecidos na legislação aplicável.





18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

18.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a contratada será responsabilizada pelas infrações previstas nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos artigos 19 a 24 da Instrução Normativa nº 001/2025 da Câmara Municipal de Caldas Novas, que regulamenta a aplicação de penalidades e o Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR) para infrações cometidas por fornecedores nas fases licitatória ou contratual.

Município de Caldas Novas, Estado de Goiás, 22 de outubro de 2026.

Edimar Cândido da Silva

Assessor de Compras

Câmara Municipal de Caldas Novas

Digitally Signed by VINICIUS HENRIQUE COSTA:00590431137-AC SyngularID Multipla
Date: 22/10/2026 13:26:40
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 17 de 19





ANEXO I

MODELO

FORMULÁRIO PADRÃO PARA PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

EMPRESA: _____

ENDEREÇO: _____

CNPJ: _____ FONE: _____

Nome do Representante Legal: _____

Identidade do Representante Legal: _____

CPF do Representante Legal: _____

ITEM	QTDE	MEDIDA	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇOS	MARCA/MODELO QUANDO APLICÁVEL	VALOR TOTAL
X	X	XXX	XXXXXXXXXXXXX		

Declaro que, nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a execução do fornecimento do objeto do presente processo de dispensa de licitação.

Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos às condições contidas no Termo de Referência da Dispensa de licitação, retro mencionado, bem como verificamos todas as especificações nele exaradas, não havendo qualquer discrepância nas informações e/ou documentos que dela fazem parte.

Declaramos que o objeto cumpre com as exigências contidas no Termo de Referência.

Declaramos, ainda, que estamos cientes de todas as condições que possam, de qualquer forma, influir nos custos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral do seu objeto.

TOTAL: R\$ XXXXX,XX (Valores Expressos em Reais).

Local e Data.

Proposta Válida por 60 Dias





ANEXO II

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

Empresa _____,
CNPJ _____, por intermédio do(a) Senhor(a)
_____, indicado expressamente como seu
representante, declara ter conhecimento dos serviços a serem entregues através do
presente Termo de Referência, dispensando a necessidade da vistoria “in loco”. Declara,
ainda, que se responsabiliza pela dispensa e por situações supervenientes. Declaro que
me foi dado acesso às dependências da Câmara Municipal de Caldas Novas, o qual
dispensei por ter conhecimento suficiente para a prestação dos serviços apenas com as
informações constantes do Termo de Referência e Edital.

Local e data _____, _____ de _____ de _____.

Representante da Empresa

